



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª CAMARA CÍVEL.

RECURSO DE AGRAVO Nº 0175839-4/01

Juízo Originário: 1ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Sentenciante: Dr. José Marcelon Luiz e Silva

Recorrente: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Dr. Rui Veloso Bessa

Recorrida: Alaíde Texeira Braga de Moraes e Outras

Advogada: Drª Anna Tallyta Bione de Sá Carvalho

Relator: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. DESCONTO DE PERCENTUAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS RELATIVO À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM PERÍODO ANTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL 41/2003 E LEI COMPLEMENTAR 028/2000. INEXIGÍVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 5% (CINCO POR CENTO) SOB O VALOR DA CONDENAÇÃO. PERCENTUAL MANTIDO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O desconto dos proventos de aposentados e pensionistas relativo à contribuição previdenciária em período anterior à Emenda Constitucional n.º 41/2003 e Lei complementar 28/2000, tem-se por indevida, na medida que desabrigada de guarida constitucional, respaldo garantido somente com o advento da emenda acima citada.

2. Os honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento) pelo Juiz monocrático foram estabelecidos em termos justos, tendo-se levado em consideração a importância e a presteza do trabalho, assim como a imprescindibilidade de o causídico ser remunerado adequadamente, restando observados os princípios legais traçados pelos §§ 3º, a, b e c, e 4º do artigo 20 do CPC, razão pela qual deve ser mantido o percentual fixado.

3. Recurso de Agravo improvido.

4. Decisão Unânime.

245 20

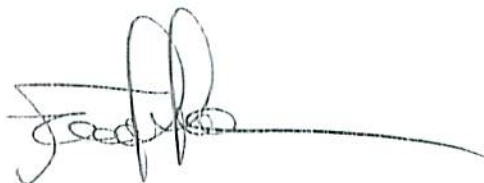
## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo nº 0175839-4/01, em que figuram como recorrente a FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco, e como recorrida, Alaíde Texeira Braga de Moraes e Outras.

Acordam os Desembargadores que integram a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em conhecer o presente recurso de agravo, para negar provimento ao mesmo, confirmando a decisão terminativa proferida em todos os seus termos, tudo na conformidade do voto e do relatório constantes deste julgamento, dele tendo participado o Des. João Bosco Gouveia de Melo, o Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos e o Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Recife,

11/Ago/2001



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
*Relator*

246 21



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª CAMARA CÍVEL.

RECURSO DE AGRAVO Nº 0175839-4/01

Juízo Originário: 1ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Sentenciante: Dr. José Marcelon Luiz e Silva

Recorrente: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Dr. Rui Veloso Bessa

Recorrida: Alaíde Texeira Braga de Moraes e Outras

Advogada: Drª. Anna Tallyta Bione de Sá Carvalho

Relator: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo interposto contra os termos da decisão monocrática de minha relatoria, que, com arrimo no Art. 557, *caput*, do CPC, negou provimento ao reexame necessário, prejudicando o recurso voluntário, para manter a sentença que condenou a FUNAPE ao pagamento dos valores constantes das planilhas de cálculo apresentados pelas exequentes, e em custas e honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento), sob o valor da diferença apontada como excessiva.

Irresignado com os termos da decisão agravada, o recorrente intenta o presente agravo legal, aduzindo, como fundamento para o seu provimento, que o *decisum* merece ser reformado, porquanto os valores (diferenças) objeto da condenação devem ser pagos sob a égide da Emenda Constitucional nº. 041/2003 e da Lei Complementar nº. 028/2000, razão pela qual se impõe a necessária dedução para o Fundo Financeiro Previdenciário, e que os honorários advocatícios sejam fixados sob o valor atribuído à causa, de acordo com os critérios estabelecidos no § 4º, do Art. 20 do CPC.

Não exercido o perseguido juízo de retratação, coloco o presente recurso em mesa para julgamento, posto que tempestivo e preenchidos todos os requisitos legais.

É o relatório.

Recife,

11/08/2009

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

7ª CAMARA CÍVEL.

RECURSO DE AGRAVO Nº 0175839-4/01

Juízo Originário: 1ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Sentenciante: Dr. José Marcelon Luiz e Silva

Recorrente: Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Dr. Rui Veloso Bessa

Recorrida: Alaíde Texeira Braga de Moraes e Outras


Advogada: Drª. Anna Tallyta Bione de Sá Carvalho

Relator: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

**VOTO**

Como se vê no relatório acima promovido, o inconformismo da Funape baseia-se em dois pontos: a) possibilidade de os valores devidos serem percebidos pelas pensionistas sob a égide da Emenda Constitucional 41/2003 e Lei Complementar 028/2000, razão pela qual se impõe a necessária dedução para o Fundo Financeiro Previdenciário, b) os honorários advocatícios devem ser fixados sob o valor da causa, observados os critérios previstos no § 4º, Art. 20, do CPC, e não sob o valor apontado como excesso.

No atinente à possibilidade de ser descontado dos aposentados e pensionistas percentual relativo à contribuição previdenciária, no período anterior à Emenda Constitucional n.º 41/2003, tem-se por indevida a incidência, na medida que desabrigada de guarida constitucional, respaldo garantido somente com o advento da emenda acima citada.

No caso dos autos, os valores perseguidos pelas recorridas dizem respeito a pensões devidas em período anterior à edição da EC nº. 41/2003 e Lei Complementar 028/2000, qual seja, fevereiro de 1991 a fevereiro de 1996, razão pela qual torna-se indevida a sua incidência. Assim sendo, transcrevo trecho da decisão ora recorrida, que enfrentou com acuidade a matéria que ora se discute: [...] *"No que concerne a questão da incidência do imposto de renda sobre o valor da condenação quando do pagamento do valor devido pelo executado, não há que se falar em excesso na execução. Em matéria tributária, o tributo é devido em virtude da lei e qualquer dedução obrigatória poderá ser feita quando do efetivo pagamento do precatório"*. 


248 23

Vale ressaltar, ademais, que o entendimento dos Tribunais é pela impossibilidade da cobrança, consoante demonstra o excerto da ementa lavrada, por esta Câmara Especializada, quando do julgamento do agravo de instrumento tombado sob o n.º 46752-5, tendo sido averbado que "somente a partir da edição da Emenda Constitucional n.º 41, promulgada em 31/12/2003, a taxaço de inativos foi recepcionada pelo ordenamento jurídico pátrio".

Neste contexto, transcrevo o entendimento perfilhado por este Egrégio Tribunal de Justiça que, sobre o tema em questão, assim tem posicionado-se:

**DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LEIS ESTADUAIS Nº. 11.522/98 E 11.630/99, QUE INSTITUÍRAM CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES INATIVOS. INCONSTITUCIONALIDADE. COBRANÇA VEDADA ATÉ O ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 41/2003.** 1. As leis 11.522/98 e 11.630/99 alteraram a cobrança da contribuição previdenciária estadual estendendo-a aos proventos de aposentadoria recebidas pelos servidores inativos e às pensões. 2. Conforme o Ordenamento Jurídico então vigente, são inconstitucionais as leis 11.522/98 e 11.630/99, posto que as contribuições previdenciárias por elas instituídas oneravam os proventos dos servidores públicos estaduais inativos e as pensões sem a correspondente previsão de qualquer benefício. **3. Reconhece-se às impetrantes o direito de perceberem as suas pensões sem qualquer desconto, a título de contribuição previdenciária, a partir da data de ajuizamento da presente ação até a promulgação da Emenda Constitucional nº. 41/2003.** (TJPE. Apelação Cível nº. 62984-7. Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo. 7ª Câmara Cível. DJ: 23/9/2008);

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE POSTULAÇÃO VEICULADA EM SEDE DE RECURSO DE AGRAVO SER MAIS AMPLA QUE O PEDIDO AVENTADO NO APELO EXERCITADO ANTERIORMENTE. **A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS SOMENTE É POSSÍVEL COM O RESPALDO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. A INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PROVENTOS DE INATIVOS VINCULADOS A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA TORNOU-SE POSSÍVEL SOMENTE APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 41/2003. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. TERMINATIVA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME.** 1. O recurso de agravo, exercício previsto para impugnar decisões terminativas monocráticas exaradas com esteio legal no artigo 557, do Código de Processo Civil, não pode veicular pedido mais abrangente que a postulação contida no



recurso de apelação nos autos do qual se prolatou a decisão terminativa impugnada. 2. A taxaço dos inativos não pode ser instituída sem respaldo da Carta Política, desta feita, as contribuições respaldadas em leis estaduais, publicadas antes da emenda constitucional 41/2003, são indevidas e, portanto, devem ser restituídas. Precedentes do STF. 3. Recurso de agravo improvido. Terminativa mantida. 4. Decisão unânime. (TJPE. Recurso de Agravo nº. 126869-1/01. Relator Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos. 7ª Câmara Cível. DJ: 26/02/2008);

**REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA SUPERADA. INEXIGIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DE APOSENTADOS/PENSIONISTAS NO PERÍODO EM FOCO.** 1. Preliminarmente, restou superada a alegação de ilegitimidade passiva ad causam da FUNAPE e do IRH, tendo em vista que atuaram na qualidade de sucessores do IPSEP nas atividades previdenciárias, nos moldes estabelecidos pelo art. 97, IV da LCE nº 28/2000. 2. Não há, também, ilegitimidade passiva do Estado, por força do disposto no art. 94 da LCE nº 28/2000. **3. Quanto ao mérito, é pacífico na doutrina e jurisprudência o entendimento quanto a inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre a remuneração de aposentados/pensionistas no período compreendido entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e o advento da Emenda Constitucional 41/03.** 4. Devida, portanto, a restituição dos descontos realizados com base na Lei nº 7.551/77, com as alterações da Lei nº 11.522/1998, referente ao período compreendido entre abril/1999 e abril/2000. 5. Redução dos honorários advocatícios para 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação, ante a simplicidade da causa e ao caráter plúrimo do ajuizamento. 6. Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o apelo voluntário. **ACÓRDÃO** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0127805-1, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em dar provimento parcial ao reexame necessário, apenas para reduzir o percentual dos honorários, prejudicado o apelo voluntário, nos termos constantes do voto do relator e do revisor, que integram o acórdão."(acórdão publicado em 16.12.2008, Rel. Des. Francisco Bandeira de Mello).

Desse modo, é certo que, antes da Emenda Constitucional n.º 41/03, não era possível ser recolhida, dos proventos de aposentadoria e das pensões decorrentes do regime próprio de previdência social, qualquer importância a

250  
28

título de contribuição previdenciária, sob pena de afronta a ordem constitucional.

Como bem asseverado pelo Douto Juiz:

[...]

*"Finalmente, assiste razão às embargadas em relação ao desconto do Imposto de Renda na fonte, uma vez que essa parcela não deve constar do cálculo da execução, pois se trata de exação que deve seguir as normas tributária e fiscal, porquanto o fato gerador só se dará como o efetivo pagamento" (fl.138).*

[...]

*Quanto à contribuição previdenciária, esta somente passou a ser exigida dos aposentados e pensionistas com o advento da Emenda Constitucional nº. 41, de 19 de dezembro de 2003. Com efeito, as embargadas executam créditos decorrentes de diferenças de benefício previdenciário pago a menor em período anterior à referida Emenda Constitucional, não havendo razão para sua incidência, e mesmo que houvesse, tratando-se de tributo, seguem as mesmas regras quanto ao Imposto de Renda" (fl.138).*

No concernente aos honorários advocatícios, entendo que os mesmos foram estabelecidos na sentença em termos justos, tendo-se levado em consideração a importância e a presteza do trabalho profissional, assim como a imprescindibilidade de o causídico ser remunerado adequadamente, restando observados os princípios legais traçados pelos §§ 3º, a, b e c, e 4º do artigo 20 do CPC,

Concluo, portanto, ser indevido o recolhimento dos proventos de aposentados e pensionistas à título de contribuição previdenciária em período anterior a Emenda Constitucional nº. 41/2003 e lei complementar 028/2000, como é o caso dos autos, e que os honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento), sobre o valor da condenação devem ser mantidos, conforme estabelecido pelo Juízo *a quo*.

Pelo exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de agravo, mantendo-se incólume à decisão monocrática ora hostilizada.

É como voto.

Recife,

11/Ago/2009



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Relator